

## QUESTIONANDO OS PAPÉIS: A LITERATURA NA PERSPECTIVA DE JOHN BEVERLEY E EDWARD SAID

Keli Cristina Pacheco (UNICENTRO)

### Resumo

John Beverley, no ensaio *Por Lacan: da Literatura aos Estudos Culturais*, se refere ao papel ambíguo da literatura latino-americana vendo-a como partícipe da dominação cultural das colônias, e solicita, por isso, um descentramento do literário da posição de poder imposta pelas humanidades no sistema universitário da América Latina. Contudo, no mesmo ensaio, ele também pede o desenvolvimento de um conceito radicalmente historicizado de literatura. Algo que parece ser desenvolvido por Edward Said, em *Cultura e Imperialismo*, quando revela que a literatura paradoxalmente, de modo contingente, também contribui para a resistência cultural. Pensando no caso brasileiro, tomamos alguns pensamentos do escritor Lima Barreto e conseguimos observar uma espécie de participação na luta pela resistência cultural, quer dizer, contra a imposição do sistema nacional.

**Palavras-chave:** *literatura; cultura; poder.*

### Abstract

John Beverley in the essay *Por Lacan: da Literatura aos Estudos Culturais* views the ambiguous role of Latin-American literature as part of the colonial cultural domination, and asks for a de-centering of the literary from the position of power the humanities have imposed in the Academia in Latin America. Notwithstanding, in the same essay he asks for the development of a radically historicized concept of literature; what it seems to be developed by Edward Said in *Culture and Imperialism*, when he reveals that literature, in a contingent manner, is also part of cultural resistance. In Brazilian literature we took some of the reflections from Lima Barreto and we could observe a participation in the fight for cultural resistance, we mean, the fight against the imposition of the national system.

**Keywords:** *literary; culture; power.*

### 1. INTRODUÇÃO

John Beverley, no ensaio intitulado *Por Lacan: da Literatura aos Estudos Culturais*, propõe que se tenha um olhar agnóstico com relação à literatura, principalmente quando referimo-nos ao caso latino-americano que teve tal instituição trazida pelos europeus para o Novo Mundo. E esse fato deixaria, para a literatura latino-americana, um legado e um papel cultural ambíguos, pois, para Beverley, a literatura é uma instituição colonial, “uma das instituições básicas da dominação colonial espanhola nas Américas; é, porém, também uma das instituições cruciais para o desenvolvimento de uma cultura crioula autônoma e, depois, de uma cultura nacional.” (BEVERLEY, 1997, p. 17)

De fato, Beverley tem razão quanto ao papel ambíguo da literatura, entretanto, podemos ainda indicar um terceiro papel que pretendemos comprovar neste artigo através do estudo de alguns escritos de Lima Barreto, escritor do início do século XX. Observamos que alguns de seus textos literários e artigos críticos publicados em jornais da época não podem ser classificados como partícipes da dominação colonial portuguesa, até porque foram escritos num período posterior à colonização; e nem podem ser vistos como participantes da construção da cultura nacional, pelo contrário, conforme iremos ver, seus textos parecem apresentar uma resistência a essa construção. Queremos dizer que além da literatura ser realmente um produto do colonizador, e também uma das responsáveis pela criação e manutenção do espaço nacional, pode, por vezes, agir contra o próprio poder a ela instituído.

Mas, guardemos esta discussão para mais tarde e retomemos a argumentação de Beverley. Segundo o autor, o estado na América Latina se desenvolve numa relação bastante íntima com a literatura, fato que a *supervaloriza* social e historicamente e que aponta para uma pressuposição “quase nunca questionada” na história literária latino-americana:

[...] os escritos dos períodos colonial e de independência constituíram uma prática cultural que modela o nacional. Essa pressuposição [...] tornou-se institucionalizada como parte da ideologia das humanidades no sistema universitário da América Latina. [...] Teria sido como estragar a festa dizer que essa idealização da literatura [...] estava simplesmente reativando um elemento da cultura colonial latino-americana. Mas, notadamente ausente na celebração do “novo” romance latino-americano desse período estava boa parte da atenção para a persistência do funcionamento da literatura como um aparelho de alienação e de dominação: para o “inconsciente”, por assim dizer, do literário. (BEVERLEY, 1997, P. 14-15)

Apesar de não apontar a possibilidade de resistência cultural da literatura, Beverley realiza uma notável proposta ao sugerir uma espécie de *psicanálise da literatura*, evidenciado pelo título de seu ensaio. A psicanálise propõe basicamente um processo de ‘desidentificação’. Podemos ver isto na primeira fase dos estudos de Lacan, em que o inconsciente é definido em termos de imagos que determinam o sujeito ou, no nosso caso, a literatura. Assim a clínica implicaria o levantamento das imagos recalçadas que determinam sentidos para o sujeito. Isto instaura, no sujeito, um processo de desidentificação das imagos que o determinam inconscientemente. E este processo, como implica um sujeito, só se pode dar num campo de sentido, um sujeito que se articula ao sentido. Mas, se articula ao sentido porque é falta de sentido, falta de identidade, ou seja, é um vazio, uma variável que assume os valores das imagens (imagos) com as quais se identifica.

Ou seja, Lacan aponta para a queda das identificações imaginárias que procuram vestir com sentido o desabrigo radical do sujeito. Por isto podemos dizer que as imagens que alienam o sujeito o cristalizam na ficção de ter uma unidade substancial que o faz permanecer,

no tempo, idêntico a si mesmo. Assim, justamente, o que produz a queda das identificações imaginárias levadas até o limite estático de “*tu és isto, tu és nada*” é um efeito de verdade. Esta verdade, que introduz o fim da análise, lhe revela que o seu ser é nada. Que qualquer tentativa de se afirmar eternamente numa imagem que o defina é, com efeito, uma ficção que o defende do vazio do seu ser.<sup>4</sup>

Esclarecido o processo clínico psicanalítico, se torna mais simples entender o que pretende a crítica *psicanalítica da literatura* que, traduzida resumidamente, propõe o descentramento do literário, o arrancando da posição inquestionável de poder imposta pelas humanidades no sistema universitário da América Latina.

De certa forma, o descentramento proposto por Beverley abre espaço para a tese de Martín-Barbero. Para este, na América Latina, a idéia de nação está ligada aos meios de comunicação que foram decisivos na formação e difusão da identidade nacional. Segundo Martín-Barbero, a oralidade e visualidade eletrônica seriam os responsáveis por isto. Mas, a mídia opera como agente da desvalorização nacional, desestruturando o espaço nacional, entretanto não o descaracteriza, já que a representação da mestiçagem se dá com o intuito homogeneizador, tomando o espaço latino-americano único.

Canclini também acredita que a América Latina não compartilha da narrativa cultural européia. Sua tese sobre a identidade latino-americana, segundo Escosteguy, anuncia: “Se antes as identidades se definiam pelas relações com o território, tentando expressar a construção de um projeto nacional, atualmente configuram-se no consumo.” (ESCOSTEGUY, 2003, p.179). Identidade que foi inicialmente construída através de relatos fundadores, apropriação de um território e defesa, desse território, das invasões estrangeiras.

Ou seja, o ‘descentramento’ proposto nos permite não só um questionamento da instituição literatura, como também possibilita a visualização de outros meios de construção e difusão do espaço e da identidade nacional. Poderíamos discutir melhor isto, porém, dado o objeto de nosso estudo, o que necessitamos enfatizar são os questionamentos acerca do literário colocados por Beverley.

No momento em que crítica uma representação poética de Neruda, o autor exemplifica a atitude que devemos tomar frente aos textos literários, que se resume em questionar o

---

<sup>4</sup> Estas informações foram obtidas através de um curso sobre Psicanálise Lacaniana ministrado pelo professor Eduardo Riaviz na UFSC e pela leitura do ensaio de Lacan intitulado *O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*: “No recurso de preservarmos do sujeito ao sujeito, a psicanálise pode acompanhar o paciente até o limite extático do “Tu é isto” em que se revela, para ele, a cifra de seu destino moral, mas não está só em nosso poder de praticantes levá-lo a esse momento em que se começa a verdadeira viagem”. (LACAN, 1998, p. 103)

próprio âmbito da representação e “deslocar-nos para ‘além da política de representação’, para um modelo no qual ensaio e crítica fossem concebidos como forma de práticas solidárias”. (BEVERLEY, 1997, p. 33)

“Ver a própria literatura como outro”, este é o projeto que Beverley procura nos inculcar. Tal projeto nos leva a problematizar a própria instituição literária no ato do ensino. Em outras palavras, para Beverley, devemos utilizar a literatura como um meio de “chamar a atenção de nossos estudantes (e a nossa própria) para a construção de raça, classe e gênero. [...] O que creio ser possível, porém, é uma relativa democratização de nosso campo por meio, entre outras coisas, do desenvolvimento de um conceito radicalmente historicizado de literatura”. (Idem, *Ibidem*)

De modo particular, é isto que faz Edward W. Said em *Cultura e Imperialismo* (1995). Neste livro o autor discute as tensões políticas e culturais que há entre impérios e colônias. Analisa a maneira como o ocidente engendra imagens do oriente e como elas transmitem sua repercussão do âmbito cultural para o político-econômico<sup>5</sup>. Isto evidencia que Said, durante todo o livro, dá importância central ao cultural<sup>6</sup> e, assim como Raymond Williams, um dos pais fundadores dos Estudos Culturais, Said também vê a cultura não mais como um campo em que se impingem valores, mas como um meio de se viabilizar sua discussão de modo mais igualitário, ou seja, como um campo importante na luta para modificar a organização social na busca por uma sociedade mais justa. Para ele, as artes produzem significados e valores que entram ativamente na vida social, moldando seus rumos e não só refletem uma situação determinante. Trata-se, portanto, de uma teoria da cultura como um processo produtivo, material e social e das práticas específicas (as artes) com usos sociais de meios materiais de produção<sup>7</sup>. Desta maneira, “o materialismo cultural abre aos estudos culturais a possibilidade

---

<sup>5</sup> Efetuamos essa ligação entre Said e Beverley porque a rápida leitura do poema de Neruda realizada por Beverley lembrou-nos a que Said fez da novela “O coração das trevas” de Conrad no primeiro capítulo do livro *Cultura e Imperialismo*. Nele Said aponta uma falha na representação e acusa Conrad “por não admitir a liberdade para os nativos, apesar de suas sérias críticas ao imperialismo que os escravizava”. (SAID, 1995, p. 63).

<sup>6</sup> Essa ausência de uma consideração entre o âmbito cultural e o econômico, ou melhor, esse abandono do economicismo determinista causa uma lacuna na episteme pós-colonial. Hall aponta isso no artigo “Quando foi o pós-colonial? - pensando no limite”. (HALL, 2003). Concordamos com o autor, e acreditamos que caberia um debate maior sobre o assunto, que trouxessem sugestões para a junção dos dois campos, sem que houvesse um determinante. Entretanto, o próprio Hall não faz sugestões neste artigo. Acreditamos que este assunto demandaria uma extensa pesquisa, possivelmente a resposta poderia estar num estudo acurado de Gramsci, algo que Hall já fez. Já fica então direcionada uma releitura de outros ensaios de Hall para encontrar esta resposta, que poderá resultar num outro artigo ou numa reescritura deste.

<sup>7</sup> Said segue o pressuposto de Williams que diz: “se a arte é parte da sociedade, não existe unidade sólida fora dela, para a qual nós concedemos prioridade pela forma de nosso questionamento. A arte existe aí como uma atividade, juntamente com a produção, o comércio, a política, a criação de filhos. Para estudar as relações adequadamente, precisamos estudá-las ativamente, vendo todas as atividades como formas particulares de energia humana”. (WILLIAMS apud HALL, 2003, p. 135).

de descrever com acuidade o funcionamento da cultura na sociedade contemporânea e de buscar sempre as formas do emergente, do que virá” (CEVASCO, 2003, p. 116).

De certo modo, e assim como Williams<sup>8</sup>, Said nega o pressuposto do marxismo clássico que vê o econômico como determinante. Segundo Hall, a primeira tentativa de negar a determinação do econômico foi postulada por Althusser, já que ele chegou à conclusão de que o cultural/ideológico, o político e o econômico são sobredeterminantes, contudo Althusser não conseguiu se desvencilhar do pressuposto marxista clássico, uma vez que ainda acredita que, “em última instância”, é o econômico que determina. Gramsci seria, então, o nome que resolveria este nó teórico, já que ele, segundo Hall, tinha plena consciência do quanto “as linhas divisórias ditadas pelos relacionamentos de classe eram perpassadas pelas diferenças regionais, culturais e nacionais; também pelas diferenças nos compassos do desenvolvimento regional ou nacional.” (HALL, 2003, p. 301). Este posicionamento de Gramsci é fundamental para o nosso estudo, uma vez que é ele que permite que uma prática cultural como a literatura tenha um papel na luta pelo poder, ou pela geografia.

É basicamente isto que Said, assim como Spivak, levemente criticada por Beverley, propõe: “uma percepção da textualidade literária como um modelo pedagógico para práticas sociais e políticas não literárias”. (BERVERLEY, 1997, P. 12). Conforme Beverley, podemos até afirmar que a percepção de Said, assim como a de Spivak, tem da literatura é *supervalorizada* quanto ao poder que ela poderia exercer, porém não podemos negar que sua visão do literário é *radicalmente historicizada* e, portanto, extremamente *politizada*.

Queremos com isso apontar que há uma certa convergência entre os pensamentos aqui levantados, e ela se dá na forma com que os autores lêem o literário, ou seja, as leituras são realizadas a contrapelo. É em cima dessa convergência que pretendemos realizar a nossa contra-leitura. Sabidamente não é esta a proposta principal de Beverley, mas o que chamamos de *contra-leitura* pode ser considerado um passo importante para realizar o que o autor chama de *psicanálise da literatura*, que “assim como em qualquer psicanálise, não é uma questão de liquidar o sujeito, nem de curá-lo de uma vez para sempre, simplesmente de reformá-lo em novas bases de modo a torná-lo um pouco mais apto para a solidariedade e o amor”. (BEVERLEY, 1997, p. 19). Dessa forma, nos comprometemos a seguir aquela proposta do autor que pede um “conceito radicalmente historicizado de literatura”.

---

<sup>8</sup> Williams se posiciona contra um materialismo vulgar e um determinismo econômico. “Ele oferece, em seu lugar, um interacionismo radical: a interação mútua de todas as práticas, contornando o problema da determinação. As distinções entre as práticas são superadas pela visão de todas elas como formas variantes de práxis – de uma atividade e energia humanas genéricas.” (HALL, 2003, p.137)

Friedman sugere também uma espécie historicização, não somente da literatura, mas de um campo amplo que envolve os estudos de gênero. No ensaio *Beyond Gender* (1998), a autora nos diz que o campo dos estudos culturais está expandindo horizontes, movimentando-se e desenvolvendo-se continuamente, e nesse espírito multidimensional o feminismo deve também se rearticular. Assim, o pós-colonial surgiria como um dos campos mais propícios para se estabelecer um diálogo. Já que o pós-colonial reconfigurou o terreno de tal maneira que, desde então, a própria idéia de um mundo composto por identidades, culturas e economias isoladas e auto-suficientes tem tido que ceder a uma variedade de paradigmas destinados a captar essas formas distintas de relacionamento, interconexão e descontinuidade. Ou seja, resumidamente os estudos pós-coloniais nos obrigam a reler os antigos binarismos aqui/lá como formas de transculturação, de tradução cultural.

Seguindo um pensamento de Gramsci, Friedman assinala que é preciso ressaltar que a identidade ou subjetividade das mulheres não pode ser entendida isoladamente em relação à construção do gênero (*gender*), ou seja, fenômenos como cruzamentos de fronteiras, trocas e mediações culturais, a “localização” da cultura e de seus agentes, processos de seleção e exclusão, fazem parte da *interação geográfica do gênero* e são também múltiplos constituintes da identidade, e, por essa razão, este tipo de análise tem urgência epistemológica e política.<sup>9</sup>

Assim, utilizamos os argumentos de Friedman justamente para introduzirmos a nossa hipótese de que a historicização da literatura poderia ser, de fato, possível caso estudássemos o texto literário sob a perspectiva do campo de estudos pós-colonial, ou seja, realizando um “exame geográfico da experiência histórica.”<sup>10</sup> Stuart Hall, no ensaio *Quando foi o pós-colonial? – pensando no limite*, aponta que o pós-colonial pode nos ajudar a descrever ou caracterizar a mudança nas relações globais, que marca a transição (necessariamente irregular) da era dos impérios para o momento da pós-descolonização. Pode ser útil também na identificação do que são as novas relações e disposições de poder que emergem nesta nova conjuntura.

Após a descolonização acabaram-se as oposições binárias caras às atividades nacionalistas e imperialistas. No lugar disso, começamos a perceber que a velha autoridade não pode ser simplesmente substituída, trocada, por uma nova autoridade, uma vez que estão

---

<sup>9</sup> Um exemplo de um estudo em que se dá a união entre os estudos pós-colonial e de gênero, antes de Friedman, pode ser visto em Mary Louise Pratt no ensaio *A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco*. Travessia: Revista de Literatura, nº 38, 1999.

<sup>10</sup> Termo usado por Said na introdução do livro. E justifica: “Assim como nenhum de nós está fora ou além da geografia, da mesma forma nenhum de nós está ausente da luta pela geografia.” (*Cultura e Imperialismo*, 1995, p. 37-38)

surgindo novos alinhamentos independentemente de fronteiras, nações e essências, e que são “esses novos alinhamentos que agora provocam e contestam a noção fundamental estática de identidade que constituiu o núcleo do pensamento cultural na era do imperialismo”. (SAID, 1995, p. 26-27)

“Somos herdeiros do estilo segundo o qual o indivíduo é definido pela nação” ainda nos diz Said, e isto ocorre porque “as nações inspiram amor [...], um amor profundamente abnegado”. (ANDERSON, 1989, 156-7). Conforme, Benedict Anderson, por parecer natural – como a cor da pele, o sexo, à ascendência e a época em que se nasce – nascer em uma nação também seria uma espécie de “coisa que não se pode evitar”. E esses vínculos que não são escolhidos têm à volta um halo de desprendimento e exatamente por isso a nação pode exigir sacrifícios.

Entretanto, assim como muitos nomes participaram de projetos de construção das nações e de identidades nacionais, outros haviam percebido o poder que esta construção exerce sobre os indivíduos e engendraram alguma espécie de resistência cultural. Como já dissemos anteriormente, a nossa hipótese é que Lima Barreto participou ativamente desta resistência.

## 2. A LUTA PELA GEOGRAFIA EM LIMA BARRETO

"Não sendo patriota, querendo mesmo o enfraquecimento do sentimento de pátria, sentimento exclusivista e mesmo agressivo, para permitir o fortalecimento de um maior, que abrangesse, com a terra, toda a espécie humana(...)" (Lima Barreto – Bagatelas - *São capazes de tudo...*, p. 152)

“Hoje em dia ninguém é um coisa só”, escreve Edward Said próximo ao fim do livro ‘Cultura e Imperialismo’. Esta simples sentença, se considerada, nos impediria de atribuir valores reducionistas aos outros diferentes de nós, ou seja, nos libertaria do preconceito e nos permitiria alçar o primeiro passo em busca da concretização de um desejo de Lima Barreto – *fortalecer, através da união, toda a espécie humana*.

Resumidamente, o preconceito, como o próprio nome diz, é um conceito que se antecipa, prematuro, e como existem diversos tipos – contra o negro, o homossexual, a mulher e etc. – ele acaba revelando não o alvo do preconceito (que cala, ou melhor, é calado), mas sim o preconceituoso (o que fala autoritariamente pelo outro, no lugar dele). A estereotipia é uma consequência do preconceito, e se dá quando este passa da esfera individual e torna-se um produto cultural, matando o outro simbolicamente, porque justamente nega o jogo da diferença. (CROCHICK, 1997). Foi através do pensamento preconceituoso que as teorias

raciais do século XIX foram desenvolvidas com a intenção de tornar verdade, comprovar através da ciência, um pensamento estereotipado (SCHWARCZ, 1993).

Num breve histórico de algumas das principais doutrinas raciais vê-se que já no fim do século XVIII havia um prolongamento de um debate ainda não resolvido: de um lado a visão humanista, herdeira da Revolução Francesa; de outro, uma reflexão tímida sobre as diferenças existentes entre os homens. Assim, “o termo *raça* é introduzido na literatura mais especializada em inícios do século XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos”. (SCHWARCZ, 1993, P. 46). Resultante disto temos o surgimento de duas interpretações para se pensar a origem do homem: os *monogenistas* acreditavam que a humanidade era uma; e os *poligenistas* criam na existência de vários centros de criação, que corresponderiam às diferenças raciais, dessa linha surge a *frenologia* e a *antropometria*, teorias que interpretavam a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos, tendo como principal nome Cesare Lombroso – este argumentava ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário e, como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades. Esse tipo de pesquisa também foi bastante utilizada no campo da doença mental. Para fim de ilustração, vale dizer que, segundo Hossne, o próprio Lima Barreto, em uma de suas internações hospitalares devidas sempre à dipsomania (alcoolismo intermitente), teve o diâmetro craniano medido. “Concluiu-se que era braquicéfalo, com o que se divertiu muito o escritor, dizendo em crônicas que agora os que o ofendiam por discordar de suas idéias dispunham de mais um argumento que, no entanto, não o calaria.” (HOSSNE, 2002, p. 54)

Depois da publicação da *Origem das espécies* (1859) derivam várias teorias, dentre elas surge a “teoria das raças” que condenava a miscigenação, criou-se também uma hierarquia racial, e isso implicou uma espécie de “ideal político”, um diagnóstico sobre a submissão das raças ou mesmo a possível eliminação das raças inferiores - a eugenia - cuja meta era intervir na reprodução das populações.

Estas teorias, apesar de forjar dados para comprovar hipóteses, segundo Lilia Schwarcz, duraram até os anos 30 no Brasil.<sup>11</sup> Após o aparecimento e consolidação dos estudos culturais, de gênero, pós-coloniais e etc., quer dizer, estudos que foram desenvolvidos a partir de movimentos sociais e movimentos de libertação nacionais nas ex-colônias, os conceitos, antes dados como verdades absolutas, foram relativizados e agora sabemos que o

---

<sup>11</sup> Conforme Hossne, nesse período os livros de Renan, Le Bon, Taine e Gobineau entre outros, eram bastante lidos no Brasil. (HOSSNE, Andrea, 2002.)



conceito de raça, por exemplo, sequer existe, mas o racismo, este sim permanece, entretanto injustificadamente, conforme Robert Stam em *A Companion to Cultural Studies – Cultural Studies and Race*: “An emerging consensus within various fields suggests that although “race” does not exist – since “race” is a pseudo-scientific concept – racism as a set of social practices most definitely does exist”.

Por outro lado, raça ainda existe, porém não mais como categoria científica:

Raça é uma construção política e social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. (HALL, 2003, p. 69)

O preconceito, ou estereotipia, como vimos, por ser estático, ou seja, apresentar definições fechadas que não permitem relativizações, é um pensamento fácil, falseado e não compensador. Causou e causa o sofrimento de diversos grupos étnicos<sup>12</sup> e raciais. Já pensar o outro como algo não definitivo, sem tentar classificá-lo ou hierarquizá-lo, vê-lo como um diferente, enfim, adquirir uma posição anti-essencialista é aceitar o espaço híbrido da identidade humana. Sendo que o hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos formados. “Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.” (HALL, 2003, p. 74). Se evidencia, então, que tomamos a identidade, conforme Stuart Hall, como sendo um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, não como uma essência ou substância a ser examinada. De certa forma, o sujeito é um eterno devir, o que nos remete novamente aos estudos psicanalíticos de Jaques Lacan, haja vista que, para este último, o sujeito é basicamente um “caçador” de sentidos, porque ele é exatamente a falta de sentido, é um vazio, uma fissura ontológica, onde nenhuma imagem é eterna, mas todas são eternamente mutáveis. (LACAN, 1998, p. 103).

Daí surge um questionamento interessante, já que mesmo com a destruição de conceitos como de raça e de gênero, por exemplo, vemos que o racismo, enfim, o preconceito ainda existe. Além disso, sabemos também que a identidade é uma construção. Nestas circunstâncias como se daria o agenciamento? Bhabha sugere que

o momento liminar de identificação produz uma estratégia subversiva de agência subalterna que negocia sua própria autoridade através de um processo de “descosedura” iterativa e religação insurgente, incomensurável. Ele singulariza a

---

<sup>12</sup> Tomo o conceito de etnia aqui como sendo um grupo que compartilha traços de identidade. É possível a um homem fazer parte de diversos grupos étnicos, sendo que ele pertence a este ou aquele grupo porque acredita que faz parte dele, ou porque o outro diz que ele faz parte.

“totalidade” da autoridade ao sugerir que a agência requer uma fundamentação seja totalizada; requer movimento e manobra, mas não requer uma temporalidade de continuidade ou acumulação; requer direção e fechamento contingente, mas nenhuma teleologia e holismo. (BHABHA, 1998, p. 257)

“O agente, constituído no retorno do sujeito, está na posição dialógica do cálculo, da negociação, da interrogação”. (Idem, p. 258). Ou seja, em poucas palavras, Bhabha quer dizer que devemos assumir a categoria à qual pertencemos (raça, gênero e etc) no momento de reivindicação (momento liminar – onde se dá o fechamento arbitrário do significante), sabendo que os conceitos estão definitivamente esfacelados por dentro.

Por outro lado, Hall pondera que esse “momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-histociza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir” (HALL, 2003, p. 345). Para resolver esse dilema Hall utiliza um conceito de desconstrução elaborado pelo filósofo Jacques Derridá.

O momento essencializante acarreta duas oposições ou/ou (latino ou americano). Segundo Hall, o “ou” permanece num local de contestação constante, “quando o propósito da luta deve ser, ao contrário, substituir o “ou” pela potencialidade e pela possibilidade de um “e”, o que significa a lógica do acoplamento, em lugar da lógica da oposição binária.” (HALL, 2003, 345). De um modo particular, Hall pede um tipo de retorno à historicidade ou "geograficidade", assim como Beverley e Friedman, conforme se discutiu no início deste artigo.

Isto posto, agora retomamos a questão da identidade, já que esta envolve a alteridade, outro ponto que queremos debater. E Hall aprofunda a discussão ao utilizar o conceito derridiano da *différance* e aponta que

a lógica da *différance* significa que o significado/identidade de cada conceito é constituído(a) em relação a todos os demais conceitos do sistema em cujos termos ele significa. Uma identidade cultural particular não pode ser definida apenas por sua presença positiva e conteúdo [...]. As identidades, portanto, são construídas no interior das relações de poder (Foucault, 1986). Toda identidade é fundada sobre uma exclusão, e nesse sentido, é “um efeito de poder”. Deve haver algo “exterior” a uma identidade. Esse “exterior” é constituído por todos os outros termos do sistema, cuja “ausência” ou falta é constitutiva de sua presença. (HALL, 2003, p. 85)

Assim, vemos que foi usando esta lógica que Sayad definiu o “nacional” como sendo um conceito que só existiria por oposição de seu contrário (ou na presença de seu contrário – *presença afetiva ou apenas possível, presença vivenciada ou apenas pensada*), o “não-

nacional”. Sendo assim, somente nos movimentos de migração (a imigração e o seu duplo – a emigração) que se realiza, no modo da experiência, o confronto com a ordem nacional, e é a partir deste confronto que se estabelece a distinção entre “nacional” e “não-nacional”. (SAYAD, 1998).

Sobre a alteridade, Said escreve que é mais compensador – e mais difícil – pensar sobre os outros em termos “concretos, empáticos, contrapuntísticos, do que pensar apenas sobre ‘nós’. Mas isso também significa tentar não dominar os outros, [...] sobretudo, não repetir constantemente o quanto a ‘nossa’ cultura ou país é melhor (ou não é o melhor, também)”. (SAID, 1995, p. 411). Isto nos lembra que, além da cor da pele, do sexo ou de outras características físicas serem alvo do preconceito, a nação por ser um espaço de exclusão, como vimos acima na citação de Sayad, é também uma potencial fonte de preconceito. E sobre isto Bogóloff, personagem de *As aventuras de Doutor Bogóloff*, novela de Lima Barreto publicada em jornal em 1912, diz: “a Pátria, esse monstro que tudo devora, continuava vitoriosa nas idéias dos homens levando-os à morte, à degradação, à miséria, para que, sobre a desgraça de milhões, um milhar vivesse regaladamente, fortemente ligados num sindicato macabro”. (BARRETO, 1961, p. 226). Opinião similar tem Tagore, citado por Said, que define a nação como sendo “um receptáculo apertado e rancoroso de poder para produzir conformidade, seja britânica, chinesa, indiana ou japonesa.” (SAID, 1995, p. 272)

Dada como uma fatalidade, e criada pelo homem, a nação é um absurdo esquecido. Renan nos diz que a nação se constitui pelo esquecimento coletivo, e não pela memória, isto explica o fato de as pessoas estarem dispostas a morrer por estas invenções. Benedict Anderson já demonstrou que as nações não são produtos determinados de certas condições sociológicas, como a língua, a raça ou a religião, mas são vivificadas pela imaginação e isso faz com que as pessoas compartilhem a crença de que pertencem à mesma comunidade. Porém sobre isto, Hall complementa: “Ao contrário do que se supõe, os discursos da nação não refletem um estado unificado já alcançado”. (HALL, 2003, p. 78), até porque “longe de ser algo unitário, monolítico ou autônomo, as culturas, na verdade, mais adotam elementos “estrangeiros”, alteridades e diferenças do os excluem conscientemente”. (SAID, 1995, p. 46)

Seu intuito [dos discursos de nação] é forjar ou construir uma forma unificada de identificação a partir das muitas diferenças de classe, gênero, região, religião ou localidade, que na verdade atravessam a nação. Para tanto, esses discursos devem incrustar profundamente e enredar o chamado estado “cívico” sem cultura, para formar uma densa trama de significados, tradições e valores culturais que venham a representar a nação. É somente *dentro* da cultura e da representação que a identificação com esta “comunidade imaginada” pode ser construída. (HALL, 2003, 78)

Assim vemos que o discurso da nação possui uma tendência homogeneizante, mas ao mesmo tempo carrega consigo o que Hall chama de “proliferação subalterna da diferença”. Diferença esta que é assimilada pela própria nação com o intuito de estabelecer princípios como a cidadania universal e a neutralidade cultural, que nada mais são do que as duas bases do universalismo liberal ocidental.

Daí a dificuldade que Said ressaltava de se pensar nos outros como nós mesmos, de forma contrapuntística. Lima Barreto sente esta dificuldade e confessa:

por mais que nós queiramos ficar acima dos preconceitos nacionais, eles nos marcam de uma forma indelével... Eu que me julgo pouco patriota, não desejo absolutamente ver o Brasil humilhado e estrangulado por outra pátria. *Quero que não haja nenhuma*, mas desde que se trate de humilhação, rebaixamento do Brasil por outro qualquer país, eu sou brasileiro. (BARRETO, 1961, p. 226)

Mas, é preciso ressaltar que o sentimento patriótico surge aqui como um disfarce, porque de fato o desejo maior é o que supera a fronteira, é o desejo da ausência de limites e, portanto, da ausência de preconceito. Assim, Lima Barreto neste discurso não é nem um patriota, um nacionalista; e nem desmerece a pátria, o interessante posicionamento está além desta discussão, ao dizer *quero que não haja nenhuma* [pátria], ele, de fato, realiza uma espécie de deslocamento, que Said chama de passar de uma *consciência nacional* para uma *consciência política e social*: “Um afastamento do nacionalismo separatista em direção a uma visão, mais integrativa da comunidade e da libertação humana” (SAID, 1995, p. 247).

## REFERÊNCIAS:

- APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- ANDERSON, B. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BEVERLEY, J. Por Lacan: da Literatura aos Estudos Culturais. *Travessia – Revista de Literatura*. nº 29/30, UFSC – Florianópolis, ago1994/jul1995; 1997; p.11-42
- BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BARRETO, L. *Bagatelas*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Contos e Novelas*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1990.
- CEVASCO, M. E. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, Editorial, 2003.
- CROCHICK, J. L. *Preconceito – Indivíduo e Cultura*. 2.ed., São Paulo: Robe, 1997.
- ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FRIEDMAN, S. “Beyond gender: the new geography of identity and the future of feminist criticism”. In: *Mappings: feminism and the cultural geographies of encounter*. Princeton: Princeton University Press, 1998.

- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Da Diáspora – Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LACAN, J. O estádio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In: \_\_\_\_\_. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LESSER, J. *A negociação da identidade nacional (imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil)*. São Paulo: UNESP, 2001.
- PRATT, M. Louise. A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora do centro. *Travessia: Revista de Literatura*, n. 38, 1997.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- POWELL, J. *Derrida for beginners*. New York: Writers and Readers, 1997.
- SAID, E. W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SAYAD, A. *A imigração*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, L. M.; QUEIROZ, R. da S. *Raça e diversidade*. São Paulo: EDUSP: Estação Ciência, 1996.
- STAM, Robert. Cultural Studies and Race. In: \_\_\_\_\_. *A Companion to Cultural Studies*. Oxford: Blackwell, 2001.